

Nova Presença na Segurança Pública: Análise da Operação Segurança Presente frente ao Serviço da PMERJ

New Presence in Public Security: Analysis of the Operação Segurança Presente in face of the PMERJ Service

Major PM Alexander Batista da Silva, PMERJ^{**} Major PM Luís Gustavo De Carvalho Seixas^{*1}

Resumo: O objetivo deste artigo é lançar luz à política pública de segurança implementada no Estado do Rio de Janeiro, intitulada de “Segurança Presente”, através de análise geral dos seus resultados, expressos por indicadores de criminalidade monitorados pelo Sistema Integrado de Metas, como caminho para entender o impacto regional da ação, orientando o planejamento operacional e apresentando aspectos ligados à transparência e efetividade do serviço público. O exercício de análise está baseado na comparação de indicadores anteriores e posteriores a implementação desta política, o modelo de ação e a integração com as demais ações de policiamento ostensivo. Foram observados pontos relativos à formulação e exercício da política pública, bem como sua integração com a PMERJ que precisam ser aperfeiçoadas sob o risco de ter reduzido o impacto desejado na segurança pública.

Palavras-chave: Segurança Pública. Gestão por Resultados. Accountability. Sistema de Metas. Polícia Militar.

Abstract: The purpose of this article is to shed light on the public security policy implemented in the State of Rio de Janeiro entitled “Segurança Presente” through a general analysis of its results expressed by crime indicators monitored by the Integrated Goal System as a way to understand the regional impact of action, guiding operational planning and presenting aspects related to transparency and effectiveness of the public service. The analysis exercise is based on the comparison of indicators in the moments before and after the implementation of this policy, the action model and the integration with the other ostensive policing actions. Relative points were noted in public policy and their integration with PMERJ service that need to be improved under the risk of having reduced the desired impact on public security.

Keywords: Public Security. Management by Results. Accountability. Goal System. Police.

¹ ^{**} Major da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro

^{*} Major da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objeto de estudo as políticas públicas voltadas para o fenômeno da violência urbana a partir das ações de governança estatal. O objetivo é analisar os impactos da atuação de programas governamentais de policiamento ostensivo avaliando o trabalho operacional regular da PMERJ, tomando como recorte territorial a área do 5º BPM que cobre a região do Centro da capital do Rio de Janeiro.

O problema de pesquisa está centrado na necessidade de avaliação de políticas públicas no campo da segurança pública, numa região onde o trabalho preventivo está focado nas ações da polícia militar e que recentemente tem sido alvo de ações do governo estadual, com a criação de diferentes programas complementares de incremento no patrulhamento ostensivo no Estado do Rio de Janeiro, intitulados de “Segurança Presente”, surgindo a seguinte questão: Qual seria o impacto das ações da “Operação Segurança Presente” na avaliação de desempenho da atuação operacional regular de uma Unidade de Área da PMERJ?

Como caminho para realização da análise proposta, o trabalho descreverá os programas complementares de policiamento ostensivo em operação na área do 5º BPM, identificando os indicadores de desempenho utilizados pelos programas complementares de policiamento ostensivo, examinando a correlação entre os indicadores de desempenho dos programas e os indicadores do SIM e analisando os fatores determinantes da correlação entre os indicadores.

2 A VIOLÊNCIA URBANA COMO ALVO DA AÇÃO GOVERNAMENTAL

A palavra “violência” pode ser adjetivada como criminosa quando transgride limites ou perturba acordos tácitos, regras ou normas que ordenam as relações sociais, sendo percebida como limite cultural e historicamente variável. A sensibilidade pessoal ou coletiva dá sentido e foco para a ação violenta, revelando que além de polifônica no significado, ela é múltipla em manifestações. A violência não é substantivamente positiva e boa, ou destrutiva e má, impossibilitando uma definição clara de palavra tão complicada (ZALUAR, 1999).

A criminalidade violenta possui seu aspecto legal que caracteriza toda violência que é tipificada e reprimida pelo Estado e sociedade, compondo o conjunto de condutas pré-determinadas pela esfera jurídica e lógica legislativa penal vigente, constituindo os delitos/crimes alvo de políticas públicas (CAPEZ, 2013).

Liga-se ao processo acelerado de urbanização e está inter-relacionada a outros conflitos de diferentes ordens, traduzindo-se em questões relacionadas à sua funcionalidade como: habitação, saneamento, segurança, acessibilidade, lazer, segregação, etc.; dando novas funções ao espaço, articulados ao suprimento das necessidades de produção e acumulação de capital e à ampliação do sistema econômico e das desigualdades sociais.

O aumento da violência nas últimas três décadas tem suscitado estudos alinhados a diferentes fatores, sendo a interação entre espaço e a sociedade uma abordagem frequente, notadamente nos

espaços urbanos onde as transformações são intensas e determinantes dos processos de estruturação socioespacial (SILVA, 2016; LIRA, 2017; ISP, 2019).

A violência urbana tem ocupado posição central na vida cotidiana das grandes cidades, sendo tema de debates coletivos e dominando as ações governamentais, articulando um complexo de práticas ligadas aos conflitos sociais, sendo impossível negar seu caráter factual, ligada a problematização de uma ordem socioespacial desviante e violenta e constituindo uma grande temática nas agendas públicas.

Em torno da problemática da violência urbana se constrói ampla discussão sobre as políticas públicas de enfrentamento a esta situação e o papel das forças de segurança para a recuperação da ordem, muitas vezes excessivamente centrada na atuação dos aparelhos policiais, mesmo que em temáticas que extrapolam sua atuação (BEATO, 1999).

3 SEGURANÇA PÚBLICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Em síntese, pode-se dizer que o trabalho policial desenvolvido no Estado do Rio de Janeiro é gerenciado por dois principais órgãos que atuam na prevenção e repressão dos crimes, com suas respectivas estruturas orgânicas sendo: a Secretaria de Estado de Polícia Militar (PMERJ) e a Secretaria de Estado de Polícia Civil (PCERJ). Órgãos que desempenham as atividades previstas no art. 144 da CRFB, sendo a primeira de caráter civil, sigiloso, judiciário e investigativo e a segunda de caráter militar, ostensivo, administrativo, onde se observa a previsão legal para a atuação policial (FEDERAL, 1988).

A PCERJ tem sua atividade operacional realizada pelas Delegacias de Polícia (DP) e a PMERJ pelos Batalhões de Polícia Militar (BPM), que se desdobram no terreno, de acordo com áreas geográficas de responsabilidade ou especialidade de atuação. A capilarização do trabalho da PMERJ se dá, por subdivisões da área de responsabilidade dos BPM em Companhias Operacionais (Cia), onde há a atuação de um ou mais DP.

Entre algumas das modalidades de policiamento desenvolvidas pelo BPM, estão o Patrulhamento à Pé e Motorizado, e os de Permanência, pelas Cabines Policiais, Destacamentos e Postos de Polícia. Os indicadores de desempenho das atividades finalísticas dos órgãos policiais estão intimamente ligados aos crimes praticados e resultados das ações realizadas para coibir a atividade delitiva, sendo historicamente monitorados pelas Corporações, utilizando dados estatísticos relevantes a sua atuação (ISP, 2019).

4 SISTEMA INTEGRADO DE METAS – SIM

A análise estatística proposta pelo estudo se utiliza de dados oficiais de criminalidade violenta e padrões socioespaciais urbanos para evidenciar a espacialização da violência no Município. Em 1999 foi criado o Instituto de Segurança Pública (ISP/RJ), vinculado ao governo do Estado, com missão de produzir e disseminar informações e análises de dados da violência urbana, que contribuem para subsidiar políticas públicas de segurança.

Para dar suporte ao SIM, foram implantadas as Regiões Integradas de Segurança Pública (RISP), que por sua vez se subdividem em AISPs, conjugando os trabalhos da Polícia Militar (PM) e da Polícia Civil (PC). Atualmente existem 7 RISPs (1ª RISP CAPITAL-ZONAS SUL, CENTRO e NORTE; 2ª RISP CAPITAL-ZONA OESTE; 3ª RISP-BAIXADA; 4ª RISP-GRANDE NITEROI E REGIÃO DOS LAGOS;

Imagem 01: Metodologia de Regionalização do SIM



A criação do ISP ocorreu através de amplo programa estatal de captação de informações criminais por meio da informatização dos dados, possibilitando a consolidação e ligação a uma divisão territorial. O SIM se constitui em metodologia de planejamento gerencial das ações estatais frente à ação criminosa, tendo as RISP's como uma das regionalizações dessas ações onde há a atuação policial integrada, em grau mais amplo. Os IEC são meios de interpretação do sentimento de segurança da sociedade, através de tipos criminais conjugados sob o mesmo título, os quais se

destacam como instrumento de avaliação do trabalho policial, sendo possível monitorar a eficácia policial pela quantidade de ocorrências verificadas e estabelecendo comparativos entre áreas.

Pela análise feita a partir das séries temporais, podem-se perceber os impactos das diversas ações ocorridas, não somente sob os indicadores, mas na própria dinâmica da criminalidade violenta nas RISPs. Os dados de segurança pública também apresentam limitações, embora haja o rigor e amplitude da coleta de informações, sobre este tema, diferentes autores abordam a existência da subnotificação (cifra negra e cifra dourada), embora o registro dos mesmos esteja ligado a outros procedimentos como: seguros de celulares e veículos, registro de óbito, indenização, etc (ISP, 2019).

Os dados do ISP desagregados por AISPs permitem georreferenciar a incidência, sendo possível verificar os locais de maior número de ocorrências. Os desdobramentos espaciais permitem chegar ao nível de ocorrência de cada crime com a utilização dos microdados relacionados aos registros criminais.

4.1 AISP 5

A AISP 5 reúne a atuação, no campo da segurança pública, do 5º Batalhão de Polícia Militar e das 1ª, 4ª, 5ª e 7ª Delegacias de Polícia Civil, cobrindo o espaço geográfico da região central da Cidade do Rio de Janeiro, conforme o Quadro 01.

Quadro 01: Divisão Regional da 5ª AISP



Distribuição das Regiões e Áreas Integradas de Segurança Pública (RISP e AISP), Batalhões de Polícia Militar (BPM) e Delegacias de Polícia Civil (DP)
Válida desde janeiro de 2019

RISP	AISP	BPM	DP	Município	Unidade Territorial
			1		Centro (parte)
1	5	5º BPM	4	Rio de Janeiro	Centro (parte), Gamboa, Santo Cristo e Saúde
			5		Centro (parte), Lapa e Paqueta
			7		Santa Teresa

Fonte: ISP, 2019

No campo do patrulhamento ostensivo, a atuação do 5º BPM se irradia a partir de sua sede e Companhias Integradas de Segurança Pública.

No histórico de composição da área do 5º BPM, era originalmente localizado no Regimento Marechal Caetano de Farias (Batalhão de Choque) localizado na Rua Salvador de Sá, nº 2. Em 1914 mudou-se para a atual sede na Praça Cel. Assunção no Bairro da Saúde, estrategicamente construído

para manter a segurança no Cais do Porto, do Terminal das Estradas de Ferro da Central do Brasil e Leopoldina, como também das indústrias que floresciam no bairro, principalmente as de farinha de trigo. Com área que cobria as ruas do Centro e ainda dos bairros da Saúde, Gamboa, Santo Cristo, Paquetá e Santa Teresa.

No ano de 2011, após a extinção do 1º BPM e do 13º BPM seus efetivos foram transferidos para o 5º BPM, o qual também assumiu a responsabilidade sobre suas áreas de policiamento (PMERJ, 2019).

5 PRESENÇA NA SEGURANÇA

Dada à complexidade que o tema segurança pública suscita no Brasil, rapidamente está se desenvolvendo o consenso de que a polícia é apenas uma das agências encarregadas do controle da criminalidade e violência que, em muitas situações, sequer é a mais importante (BEATO, 1999).

Segurança no contexto público se traduz em um conjunto de ações preventivas e repressivas levadas a cabo pelo Estado, de modo a garantir a ordem pública. Não compreende uma ação isolada, mas um conjunto de ações desencadeadas por diversos órgãos, envolvendo instrumentos de prevenção, coação, justiça, defesa dos direitos, saúde e social.

Essas ações são influenciadas pela estratégia estabelecida, ainda que não formalmente, mas que tem peso e se irradia por todo o campo, com imediato reflexo no trabalho das organizações, que compartilham de uma mesma visão, em uma determinada época, estabelecendo momentos paradigmáticos.

No contexto nacional, esses momentos permitem conhecer os ideais por trás de políticas públicas de segurança, que se mostram diferentes, dependendo do tempo e local, também com diferentes resultados para a sociedade, estabelecendo assim o caminho percorrido e indicando a direção a ser seguida.

Freire (2009), analisando o panorama nacional a partir do período de governo militar de 1964 até o momento atual, identifica três estágios em que a segurança se divide: Segurança Nacional, Segurança Pública e Segurança Cidadã, conforme o Quadro 2:

Quadro 02: Núcleos Paradigmáticos da Segurança

Dimensão de Análise	Descrição		
	Segurança Nacional	Segurança Pública	Segurança Cidadã
Objetivo	Proteção dos interesses nacionais	Preservação da ordem pública	Promoção de convivência e cidadania
Contexto Histórico	Ditadura Militar	Redemocratização do país	Consolidação dos direitos de cidadania.

Conceito de Violência	Ameaça aos interesses nacionais, soberania e ordem pública.	Ameaça à integridade das pessoas e do patrimônio	Fatores que ameaçam o gozo pleno da cidadania por parte dos indivíduos.
------------------------------	---	--	---

Papel do Estado	Eliminação de qualquer ameaça aos interesses nacionais	Controle e prevenção da violência.	Implementação de políticas setoriais articuladas, com foco no âmbito local.
------------------------	--	------------------------------------	---

Papel dos Indivíduos	Submissão plena aos interesses nacionais	Indivíduos como beneficiários das políticas de segurança.	O indivíduo é o centro da política e seu principal beneficiário.
-----------------------------	--	---	--

Estratégia de Política Pública	Serviço de informações e inteligência	Foco na atuação policial, principalmente em estratégias de controle da violência.	Políticas setoriais integradas voltadas à prevenção e controle da violência e à participação dos cidadãos e ao desenvolvimento de ações voltadas à comunidade.
---------------------------------------	---------------------------------------	---	--

Fonte: Freire, 2009 – Adaptado pelos autores

O mesmo autor esclarece que esses momentos foram analisados sob os seguintes parâmetros: (I) Eles não são estanques; (II) Os paradigmas não são excludentes; (III) O histórico dos paradigmas no país influencia as características das políticas públicas de Segurança subsequentes de Segurança examinados aqui; (IV) Um paradigma não é uma política pública (FREIRE, 2009).

A análise dos momentos paradigmáticos nos situa e aponta a direção para as novas políticas de segurança, que por sua vez terão novas abordagens, notadamente realizada de maneira transparente e contando com o permanente envolvimento social, tanto como destinatário principal, quanto parte no processo de desenvolvimento.

Esse direcionamento possibilitaria estimar conteúdo da visão que deve nortear as estratégias voltadas para segurança pública, dentre elas estão: a multidimensionalidade e integração na abordagem do problema da violência, o reconhecimento e a ampliação dos direitos ligados à cidadania, o reforço do papel estadual e principalmente do municipal, na segurança, a utilização de políticas públicas focadas nos público-alvo e nas áreas mais vulneráveis, empoderamento e participação social como centro das políticas públicas, avançando além dos Conselhos de Segurança, tendo a participação popular para auxiliar na formulação de políticas públicas e seu acompanhamento, quebra de barreiras culturais nas instituições governamentais, na representação social e na própria comunidade, diante da nova perspectiva (SILVA, 2016).

Dentro das diversas experiências que podem ser classificadas como “exercícios de colaboração” na Segurança, Silva (2016) destaca:

Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais (GPAE): Postos de Polícia em localidades sob domínio do tráfico, envolvimento com a ONG VIVA RIO, utilizando o modelo americano (CEASEFIRE), estratégia diretamente ligada a ocupação territorial contínua com atividades típicas de policiamento comunitário, sendo o precursor das atividades das UPP.

Conselhos Comunitários de Segurança Pública (CCS): reuniões mensais com órgãos de segurança e a sociedade civil organizada, envolvimento do Instituto de Segurança Pública (ISP) no direcionamento das atividades, estratégia baseada no envolvimento de diversos atores na solução dos problemas sociais.

Cafés Comunitários: Reuniões mensais entre a Polícia Militar e a sociedade civil, direcionamento da PMERJ com o envolvimento amplo da comunidade, estratégia iniciada como parte do Programa “Todos Pela Paz”, atualmente incorporando as atividades dos CCS.

Unidades de Polícia Pacificadora (UPP): Iniciadas no final de 2008, seguindo o trabalho dos GPAE, feito com a implantação de postos de policiamento e ocupação (retomada) de território, sob nova modelagem que prevê o ativo envolvimento social. Direcionamento da PMERJ, com envolvimento amplo da sociedade e poder público, estratégia atualmente assegurada pelo Governo do Estado, que com ações legais busca garantir sua efetividade e formalização como política de Estado.

Companhia Integrada de Policiamento de Proximidade (CIPP): Busca ser uma opção medíocre aos trabalhos das UPP e ao policiamento tradicionalmente empregado, trazendo características de ambos com ações de aproximação, presença e permanência. Direcionamento da PMERJ, com envolvimento da sociedade no entorno dos locais onde está situada. Agrega filosofia do Policiamento de Proximidade, se estruturando nos seguintes princípios: prevenção, descentralização, proatividade e resolução pacífica de conflitos.

6 OPERAÇÃO SEGURANÇA PRESENTE

O Rio de Janeiro anunciou em junho de 2017 situação de calamidade pública, condição formalizada em novembro do mesmo ano, que teve como fundamento a queda de arrecadação pela perda de recursos ligados aos royalties, arrefecimento do mercado de petróleo, despesas decorrentes da realização dos Jogos Olímpicos, entre outros, ainda que os sintomas da difícil situação já se manifestassem antes da sua formalização (COELHO, 2017).

A degradação econômica, política e social gerou dificuldades na prestação de serviços públicos em diferentes áreas, dentre elas a segurança pública, saúde, educação, mobilidade e gestão ambiental.

No campo da segurança pública especificamente, a estratégia estadual fundada no policiamento de proximidade, refletido fortemente pelo trabalho das UPPs, mas presente em todo trabalho organizacional de policiamento ostensivo, já vinha sofrendo desgastes pela escassez de recursos para as ações policiais e degradação da situação socioespacial pela maior distribuição da violência perpetuadas por organizações criminosas, antes focada na região metropolitana, chegando ao primeiro bimestre de 2017 como o mais violento dos últimos cinco anos no Estado, com aumento de 26,6% no índice de letalidade violenta em comparação com o ano anterior. Este quadro é diametralmente oposto ao que foi constatado na última década, cuja incidência de crimes vinha em queda. É exatamente este contexto de insegurança generalizada que originou a criação da Operação Segurança Presente (OSP) (COELHO, 2017; ISP, 2019).

Na esteira dos grandes eventos ocorridos no Rio de Janeiro (Jogos Pan-americanos, Copa do Mundo e Olimpíadas) foi implementado pelo governo do Estado, em 2014, a Operação Lapa Presente, como política pública de reforço da presença estatal, voltado para o incremento da segurança daquela região carioca, grande pólo turístico e de vida noturna, com objetivo de coibir roubos, uso e venda de drogas e promover o ordenamento urbano. Além de realizar ações sociais como o acolhimento de moradores de rua do bairro, na região do Rio Antigo, numa parceria entre órgãos estatais e a Fecomércio² representando os interesses do comércio de bens, serviços e turismo do Estado e fornecedor dos recursos financeiros que custeiam a operação.

As ações contam com um efetivo de policiais militares (um núcleo gestor com dedicação exclusiva à operação e outro grupo de agentes ligados a diferentes Organizações Policiais Militares (OPM), que vendem seu tempo de folga do serviço regular para estar na OSP) e civis (entre eles militares da reserva), circulando a pé, bicicletas e viaturas, com emprego de equipamentos de cunho não letal, como dispositivos eletroincapacitantes e armas de fogo, disponibilizadas aos policiais militares, filmagem das ações e monitoramento por GPS.

Dirigida pela Secretaria de Estado, se propõe em empregar diariamente um efetivo de agentes no patrulhamento, especialmente preparados e identificados para o serviço, congregando ainda a atuação de órgãos públicos, a saber: Secretaria de Estado, Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Políticas para Mulheres e Idosos, Polícia Militar, Polícia Civil, Comando Militar do Leste, Guarda Municipal, secretarias municipais de Ordem Pública, Assistência Social, Conservação, Transportes, empresa de Limpeza Urbana, Conselho Tutelar, entre outros.

Os resultados divulgados elevaram a sensação de segurança nos locais de implantação, que vinham sofrendo com os altos índices de violência, afastando turistas e consumidores, reduzindo a arrecadação, empregos e em casos extremos ao fechamento de estabelecimentos comerciais, se constituindo em modelo para as demais ações que atualmente estão presentes em 20 regiões do Estado³.

Imagem 02: *Fanpage*⁴ da Operação Segurança Presente



² FECOMERCIO <http://www.fecomercio-rj.org.br/sobre-federacao/missao>

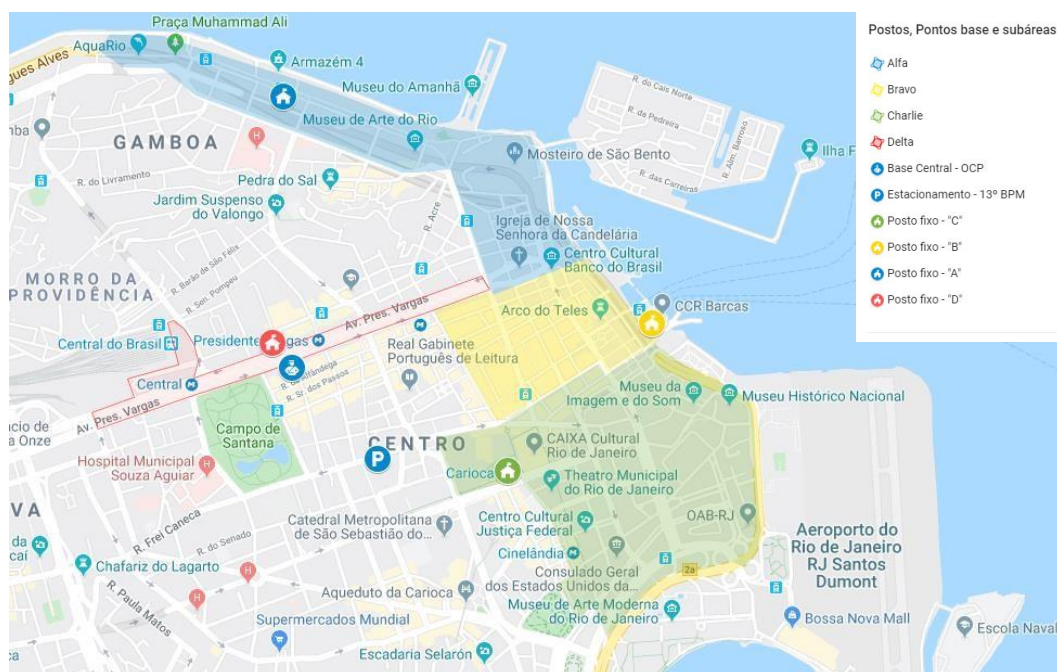
³ Bonsucesso recebe base da Operação Segurança Presente - <https://diariodorio.com/bonsucesso-recebe-base-da-operacao-seguranca-presente/>

⁴ FACEBOOK. *Fanpage*. Disponível em: <https://www.facebook.com/SegurancaPresente/>. Acesso em: 15 de dezembro de 2019

Operação Centro Presente

Com o sucesso anunciado pelos órgãos promotores da ação, em 2015 o trabalho foi expandido a diferentes bairros sob o título de “Operação Segurança Presente”. No dia 4 de julho de 2016, a Operação chegou ao Centro com bases operacionais na Praça Mauá, Praça XV, Largo da Carioca e Central do Brasil⁵.

Mapa 01: Área de Responsabilidade do OCP – OUT/2019



Fonte: OCP, 2019 (georreferenciado pelos autores)

O investimento inicial de R\$ 44 milhões por dois anos foi renovado para R\$ 47 milhões, válido até 1º de dezembro de 2017, sendo prometido atualmente um investimento de R\$ 200 milhões. O georreferenciamento da área de responsabilidade de cada base está representado no Mapa 1, onde são desenvolvidos os trabalhos da OSP.

7 MATERIAIS E MÉTODOS

O conceito de política pública pressupõe a utilização de indicadores de desempenho ligados aos diferentes estágios do processo contínuo, onde a utilização de diversificados caminhos de análise e avaliação possibilita o acompanhamento das iniciativas, sendo a transparência um compromisso da

⁵ O que é a operação Centro Presente - <https://diariodorio.com/entenda-operacao-centro-presente/>

gestão pública e de seus agentes para com a sociedade, fazendo parte das ações de *accountability* ligadas a verificação de qualidade da própria política pública.

O pesquisador Vitor Acselrad (2016) analisando comparativamente o SIM afirma: “Quando divulgadas, tais iniciativas ganham legitimidade e maior estabilidade contra fatores associados à incerteza política e a transições de governo. Mas a sustentabilidade depende igualmente da qualificação permanente dos programas.” (ACSELRAD, 2016).

A afirmação mostra a importância do permanente acompanhamento para fortalecimento das políticas públicas em geral. No mesmo trabalho o autor sugere a realização de estudos comparativos utilizando os dados do SIM e suas séries temporais de indicadores de criminalidade relevantes.

A pesquisa utilizou o recorte espacial que compreende a 5ª AISP que engloba as áreas de atuação da Operação Centro Presente, compreendido entre os seis primeiros meses anteriores e posteriores a implantação, escolhido em razão da possibilidade de análise dos motivos que determinaram sua criação e o impacto da iniciativa governamental.

As aplicações disponíveis nos portais do Google (2019) e ISP (2019) tornaram possível a manipulação dos dados associados ao georreferenciamento da atuação da OCP e do 5º BPM para análises exploratórias espaciais do local, possibilitando ampliar a capacidade de análise, que aliada a utilização de ferramentas estatísticas permitirão a busca por novas compreensões a partir da observação das transformações ocorridas.

Restaram indicados a proposta dos seguintes levantamentos:

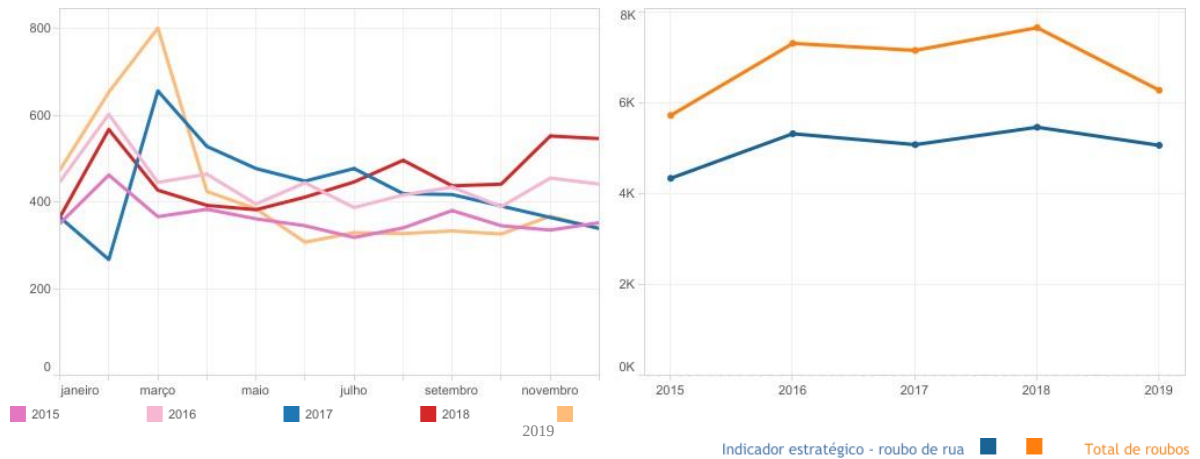
1. Levantamento estatístico comparativo do indicador “Roubo de Rua” e “Total de Roubos” entre os anos de 2015 e 2019 na área da 5ª AISP como caminho para identificar a situação relativa ao indicador na área do 5º BPM imediatamente anterior a implantação da política pública e sua evolução ao longo dos anos;
2. Levantamento estatístico comparativo do indicador “Roubo de Rua” e “Total de Roubos” entre os anos de 2015 e 2017 na área das CISP da 5ª AISP atendidas pela política pública como caminho para identificar a situação relativa ao indicador nas áreas específicas, buscando identificar mudanças locais de comportamento do fenômeno;
3. Georreferenciamento da área de atuação da OCP por Bases, buscando identificar características espaciais ligadas à atuação da OCP;
4. Georreferenciamento das CISP da área do 5º BPM onde existe atuação da OCP, buscando identificar características espaciais ligadas à atuação da 5ª AISP;
5. Superposição das áreas das Bases da OCP e das CISP do 5º BPM, buscando estabelecer correlações entre elas.

Buscando compreender aspectos dos impactos da OCP para o trabalho da PMERJ, foi realizada uma visita a Seção de Planejamento Operacional do 5º BPM, com estratégia de captação de informações sobre os impactos da Operação para os serviços desenvolvidos na OPM e a possibilidade de confrontar os dados coletados com a realidade do planejamento operacional.

8 RESULTADOS

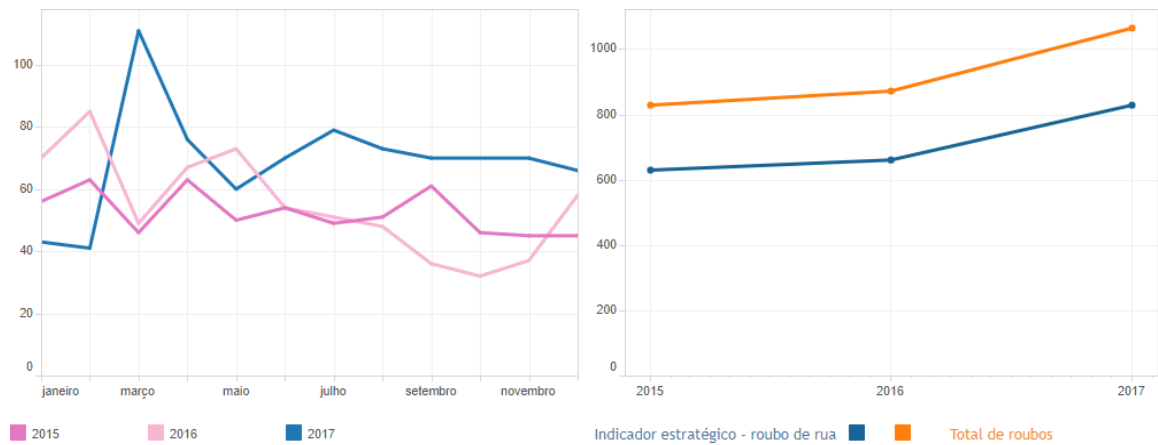
A utilização das ferramentas tecnológicas indicadas na metodologia permitiu extrair os seguintes gráficos:

Gráfico 01: Comparação da Incidência de Roubo de Rua e impacto do Indicador para o total de roubos na 5ª AISP – 2015 a 2019



Fonte: ISP, 2020.

Gráfico 02: Comparação da Incidência de Roubo de Rua e impacto do Indicador para o total de roubos na 1ª CISP – 2014 a 2016



Fonte: ISP, 2020

Gráfico 03: Comparação da Incidência de Roubo de Rua e impacto do Indicador para o total de roubos na 4ª CISP – 2014 a 2016

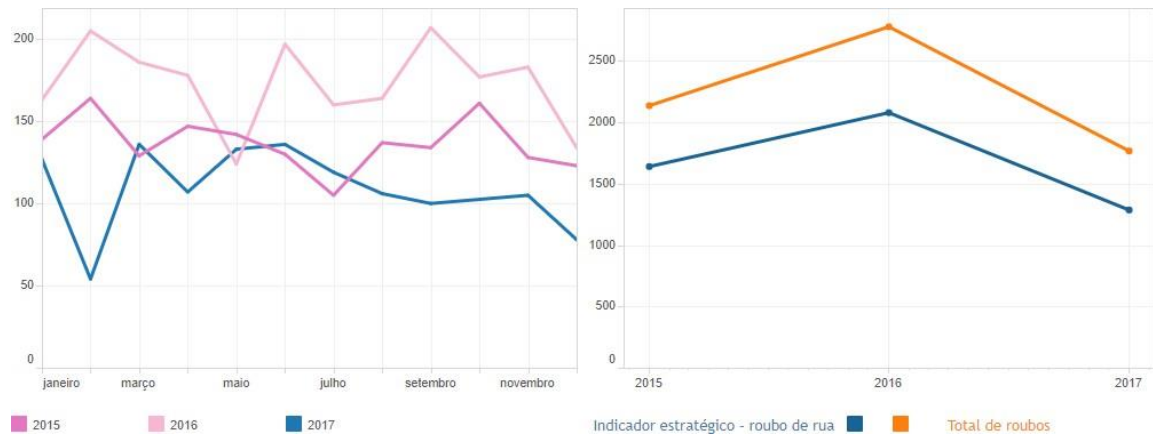


Gráfico 04: Comparação da Incidência de Roubo de Rua e impacto do Indicador para o total de roubos na 5ª CISP – 2014 a 2016

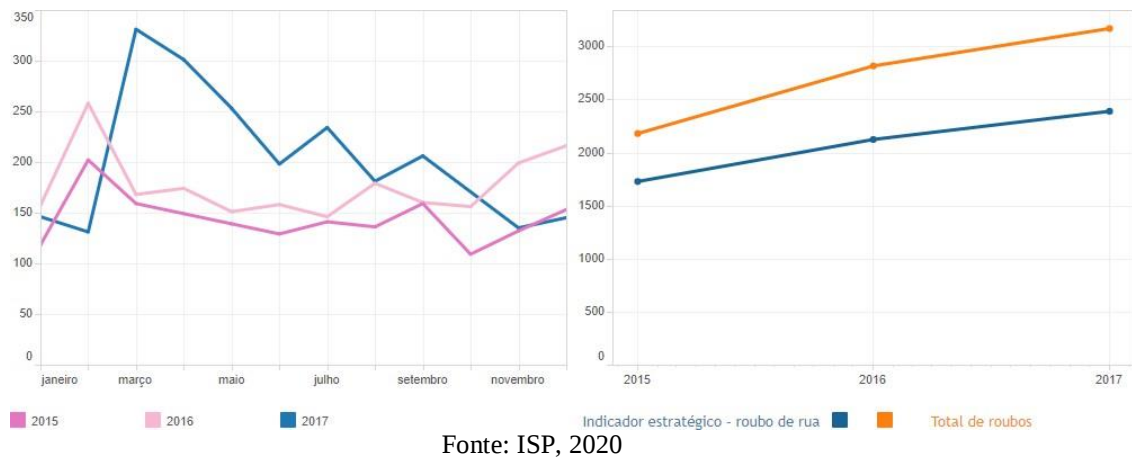


Gráfico 05: Comparação da Incidência de Roubo de Rua e impacto do Indicador para o total de roubos na 7ª CISP – 2015 a 2017



O georreferenciamento das atuações operacionais do 5º BPM e da OCP permitiu extrair os seguintes mapas temáticos:

Mapa 02 - Área de Responsabilidade da OCP por Bases



Fonte: OCP, 2019 (georreferenciamento adaptado pelos autores)

Mapa 03 - Área de Responsabilidade da CISP's do 5º BPM com atuação da OCP



Fonte: ISP, 2019 (georreferenciamento adaptado pelos autores).

Mapa 04 – Superposição das Área de Responsabilidade da CIPSPs do 5º BPM e da OCP



Fonte: ISP, 2019 e OCP, 2019 (georreferenciamento adaptado pelos autores)

9 DISCUSSÃO

A análise dos dados colhidos nos permitem verificar o momento de implantação da OCP, tendo como objeto de análise o IEC “Roubo de Rua”, no Gráfico 1 é possível analisar a evolução do indicador de 2015 a 2019, observa-se que há uma flutuação ao longo dos anos de maneira homogênea com exceções para maior ou para menor, revelando que podem existir outros fatores influenciando o fenômeno criminal. O momento anterior à criação (1º semestre de 2016) foi marcado pelo aumento dos casos no indicador, com uma diminuição dos casos na implantação, seguido por um novo aumento dos casos no fim do ano num movimento similar aos anos de 2015 e 2018, ainda que com índices diferentes. Na comparação com a influência do indicador para o total de roubos na 5ª AISP

verifica-se a importância deste indicador que concentra e se comporta em sincronia com o total de roubos verificados no mesmo período.

No acompanhamento do comportamento do IEC e do total de roubos por CISP da 5ª AISP verifica-se que na área da 1ª CISP houve uma queda dos índices a partir da implantação da OCP seguido por uma recuperação dos valores e o crescimento exponencial no início do ano seguinte. O comportamento foi semelhante ao ocorrido na área da 7ª CISP.

Na área da 4ª CISP houve um crescimento dos índices após a implantação da OCP com um comportamento similar ao ano anterior (2015), entretanto, o movimento de queda do fim do ano de 2016 foi seguido por uma sensível redução dos índices no ano de 2017 e um comportamento de queda que se seguiu durante todo o ano.

Na área da 5ª CISP houve aumento dos índices a partir da implantação da OCP, entretanto em movimento similar ao ocorrido no ano anterior, seguido por aumento para o início do ano de 2017 com queda na sequência dos meses do mesmo ano.

A análise do georreferenciamento da área de atuação da OCP, permitiu verificar as áreas de interesse de alocação dos contingentes definidos pelo órgão gestor, contido no Mapa 2. O Mapa 3 apresenta a área de responsabilidade das 3 CISPs do 5º BPM onde há atuação da OCP. Na sequência foram superpostas as imagens onde se observa a não congruência dos locais de operação da OCP com as CISPs, havendo a atuação combinando áreas de mais de uma das CISPs, na gestão.

Como parte das discussões sobre os resultados encontrados no levantamento dos dados estatísticos, foi realizada uma visita ao Setor de Planejamento Operacional do 5º BPM para verificar os impactos do trabalho da OSP.

Quanto aos principais impactos relatados na ação, foi exposta a possibilidade de complementação do trabalho de visibilidade das equipes da OSP, que juntamente com a capilaridade promovida pelas modalidades de policiamento utilizada na OSP, como o policiamento a pé e por bicicleta promovem.

Quanto à articulação do planejamento entre os dois trabalhos, verifica-se que diante de uma maior estabilidade no planejamento operacional da OSP, busca-se realizar a cobertura nos pontos e nas faixas de horários onde estes não atuam como caminho para evitar sobreposição de esforços.

Quanto ao nível de institucionalização da articulação entre os trabalhos, verifica-se que embora exista a comunicação entre a Chefia do Setor de Planejamento e o Comando da base da OSP, não existem instrumentos formais de colaboração, visto que numa visão estrita, a OSP não figura como participante da metodologia adotada pelo SIM.

Quanto aos impactos logísticos da OSP para as rotinas do 5º BPM, foi relatado que existe um apoio formal às ações da OSP, sendo disponibilizada a estrutura do quartel, quanto à disponibilização de armas e materiais. Que foram inclusive, destinadas viaturas de apoio para a OSP.

A necessidade de maturação e formalização das ações, reestruturação financeira e operacional dos órgãos integrantes da segurança pública, não só de programas pontuais, cuja decadência com o passar do tempo é latente. Esse paralelo será traçado mais à frente, a fim de analisar a eficácia da Operação Segurança Presente. Neste sentido, a crise econômica e a má gestão dos

recursos podem ser apontadas como motivos para o estado atual da segurança pública no Rio de Janeiro, mas aliada à sensação de falta de proteção, as condições precárias de trabalho dos policiais.

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegando as conclusões desta pesquisa, pode-se apontar que as políticas públicas de segurança devem estar alinhadas a uma nova configuração da sociedade e dos elementos de planejamento urbano, devendo estar intimamente direcionadas para o cidadão enquanto alvo da ação do poder público, neste quesito é sempre louvável a adoção de medidas que estejam sensíveis às necessidades apresentadas pela sociedade, como é a OSP.

A colaboração promovida pela atuação em conjunto de diferentes atores da sociedade, tanto do poder público de diferentes esferas, como daqueles não públicos, é sempre capaz de promover ganhos superiores à atuação isolada das organizações, sendo a OSP uma grande estratégia por promover um desenho de ação colaborativa.

A atuação dos Batalhões da Polícia Militar deve se articular entre a perenidade dos serviços regulares de policiamento ostensivo e a flexibilidade dos fenômenos sociais, que se desenvolvem em maior velocidade, devendo buscar capacidade operacional e logística que suportem ambos os momentos e utilizando redes de atuação supraorganizacionais, que reúnam a coesão entre os atores em uma conformação adaptada às diferentes situações.

Os avanços promovidos pela implantação do SIM permitiram o acompanhamento e transparência da atuação policial pela apresentação, por metodologia unificada dos dados relativos ao fenômeno criminal, sendo possível verificar a articulação com o planejamento operacional e a atuação das forças policiais. Há a necessidade de se incorporar a atuação das ações da OSP, o monitoramento de sua atuação para verificar sua efetividade e possibilitar a avaliação da política pública.

Os avanços promovidos são sensíveis e verificáveis pelos locais de implantação de ações da OSP, cabendo aos gestores observarem os apontamentos propostos pelos pesquisadores de fenômenos ligados à sua atuação, incorporando aqueles com possibilidade de promoverem o desenvolvimento do serviço, tão importantes à sociedade, como os serviços de segurança pública.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Vitor. **Perspectivas comparativas de análise de reflexos do SIM na incidência criminal**. Artigo, In Cadernos de Segurança Pública. Ano 8, nº 07, Abril. 2016. ISP, Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.sistemademetas.seguranca.rj.gov.br/uploads/arquivos/arq_1469706840.pdf. Acesso em: 14 set. 2019.

AZEVEDO, Ana Luísa Vieira de (2016). **O analista governamental de segurança pública e seu papel no Sistema de Metas e Acompanhamento de Resultados no estado do Rio de Janeiro: uma breve reflexão**. Artigo. In Cadernos de Segurança Pública. Ano 8, nº 07, Abril. ISP, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.isp.rj.gov.br/revista/shadow.asp?r=151>. Acesso em: 14 set. 2019.

BEATO FILHO, Cláudio C. Políticas públicas de segurança e a questão policial. **São Paulo em perspectiva**, v. 13, n. 4, p. 13-27, 1999.

CAPEZ, Fernando. **Direito penal simplificado**. Editora Saraiva, 2013.

COELHO, Leticia Rocha Vicente. **Operação Segurança Presente: Uma Análise Do Programa Implementado Na Cidade Do Rio De Janeiro**. Faculdade de Direito - UFRJ. Rio de Janeiro. 2017. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/7111/1/LRVCoelho.pdf>. Acesso em: 14 set. 2019.

CORDEIRO, Nathalia Rodrigues (2016). **O Sistema de Metas para a segurança pública do estado do Rio de Janeiro e sua dimensão social**. Artigo. In Cadernos de Segurança Pública. Ano 8, nº 07, Abril. ISP, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.isp.rj.gov.br/revista/shadow.asp?r=16>. Acesso em: 14 set. 2019.

DAVID, Flávia. Operação Centro Presente terá mais de 500 agentes e beneficiará áreas revitalizadas da cidade. **Portal Rio de Janeiro**. 2016. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?id=6167059>. Acesso em: 14 set. 2019.

FEDERAL, Brasil Supremo Tribunal et al. **Constituição da república federativa do Brasil**. Supremo Tribunal Federal, 1988.

FREIRE, Moema Dutra. Paradigmas de segurança no Brasil: da ditadura aos nossos dias. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 3, n. 2, 2009.

GOOGLE. Google Earth, Portal. <http://earth.google.com/>,

2019. ISP – Instituto de Segurança Pública - Portal, 2019

LIRA, Pablo. **Geografia do crime e arquitetura do medo: uma análise dialética da criminalidade violenta e das instâncias urbanas**. Letra Capital Editora LTDA, 2017.

SEPM – Secretaria de Estado de Polícia Militar – Portal PMERJ, 2019. Disponível em: <http://www.pmerj.rj.gov.br>. Acesso em: 14 set. 2019.

RIO DE JANEIRO. **Sistema de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro: manual de procedimentos para um Sistema de Metas e Acompanhamento de Resultados para a Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2011.

SILVA, Alexander . **Segurança Colaborativa: uso das redes sociais para prevenção na segurança do Estado do Rio de Janeiro**. 2016. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/16725>. Acesso em: 14 set. 2019.

ZALUAR, Alba. Violência e crime. **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**, v. 1, p. 13-107, 1999.